



JORNAL DE GARVÃO

Ano 32º - Nº 33 - Abril de 2025

1.00 Euro

<http://garvao.blogs.sapo.pt/>

A DEGRADAÇÃO DO PORTAL MANUELINO Da Igreja Matriz de Garvão - Pág. 2



FEIRA DE GARVÃO 9/10/11 de Maio 2025 Pág. 3

MOEDA IBÉRICA DE MÉRTOLA Encontrada em Garvão

Pág. 15



Entrevista ao VICE-ALMIRANTE ÁLVARO SABINO GUERREIRO

Pág. 9 e seg.

AÇOUGUE MEDIEVAL DE GARVÃO Desabou o telhado (e sem Sino há 15 anos) Pág. 4 e 30



Trabalhos arqueológicos na *Villa dos Franciscos* (1981) - Pág. 6

Editorial

Patrimonialização, História e Interesse Público

Se nem todo o património tem de ser histórico (embora se subjete “todo” a uma componente temporal, pelo menos no caso concreto de Garvão), procura-se demonstrar que a história, ao fazer parte de um processo de interpretação, pode e deve ser um fator de “patrimonialização”.

Sobretudo, para se poder afirmar a existência de um património designado como sendo de interesse público é necessário que essa história seja, não só conhecida, mas igualmente visitável por um grupo de pessoas mais vasto que não apenas o dos especialistas.

Não basta dizer que determinada construção é património, muito menos, e apenas, classificá-lo do ponto de vista institucional. É preciso criar sentimentos de identificação comunitária e fomentar a valorização do mesmo através de um processo de divulgação, assente na interpretação histórica, dirigida, essencialmente, a um público maior e que explique a sua história, o seu valor, as suas transformações de uso e reuso, (quando ocorrem) e consciencialização de valorização e de alerta para a sua desvalorização (para não falar em incúria e desmazelo).

A patrimonialização de um monumento, acarreta medidas de salvaguarda desse espaço, acarreta responsabilidades e ações concretas sobre a valorização patrimonial, numa componente interpretativa, que confere tempo passado ao tempo futuro.

Embora, exista, cada vez mais, uma maior consciência sobre o valor do património e da sua valorização, como factor de desenvolvimento da comunidade, a verdade é que não são explorados convenientemente as particularidades históricas desta terra, que gradualmente se vão danificando e fragmentando, perdendo, cada vez mais, a possibilidade de revelar o passado que percorreu e que representa.

Apesar, das escavações anteriores, terem revelado a importância do espólio arqueológico descoberto, não se tem dado seguimento a estes trabalhos de investigação, ou de consolidação, conservação e restauro dos vestígios existentes, apresentando, como seria de esperar, sinais de degradação, nalguns casos irreversíveis, como no caso do Depósito Votivo, a derrocada de parte do muro de proteção construído em 1982.

A DEGRADAÇÃO DO PORTAL MANUELINO

Da Igreja Matriz de Garvão

A necessidade de ser considerado Monumento Nacional

A Igreja Nossa Senhora da Assumpção da Vila de Garvão, é uma das poucas Igrejas no Alentejo que apresenta este modelo arquitetónico e é também, infelizmente, a que não está considerada como monumento nacional, como a de Viana do Alentejo e a de Moura, entre outras com portais do mesmo estilo.

Ao contrário de outras Igrejas onde o portal está resguardado, nomeadamente o da Igreja de Viana, onde o portal está recuado em relação ao resto do edifício e a da Igreja de Cuba, que apresenta o mesmo estilo e está protegido por uma galilé, em Garvão cujas fotos tiradas na primeira metade do século passado, apresentam igualmente uma galilé, contudo em vez de se proceder à sua manutenção, este foi derrubado, expondo a frontaria da Igreja e o portal às intempéries e à força das restantes alterações atmosféricas.



Remendos em cimento na cantaria do portal Manuelino



Galilé que protegia a cantaria do portal Manuelino na Igreja Matriz de Garvão

A deterioração que se tem observado nos seus componentes marmóreos, com a quebra de pequenas lascas que compõem as colunas laterais e superiores, elementos essenciais que caracterizam este estilo, poderá levar irremediavelmente à sua degradação e a perder as características que a poderiam levar a ser classificada como Monumento Nacional.

As fotos que aqui se apresentam, transmitem uma mensagem que nos deve preocupar a todos.

A conservação deste património, não se trata apenas de salvar a nossa história, trata-se essencialmente de preservar o nosso futuro comum.

JORNAL DE GARVÃO

Publicação Anual. Ano da Fundação: 1994.

Largo D. Afonso III, 7670-125 Garvão

Editor: José Pereira Malveiro.

Colaboradores: José Daniel Malveiro, Filomena Franco, Francisco José Alves, Mariana Alexandre.

APOIOS: - Câmara Municipal de Ourique

- União de Freguesias de Garvão e Santa Luzia

Publicado: Ao abrigo da lei de imprensa, 2/99 de 13 de Janeiro, artigo 9º nº 2.

Registado: No Instituto Nacional de Propriedade Industrial: Marcas e Patentes.

<http://garvao.blogs.sapo.pt>

NOTA: Qualquer assunto de interesse relacionado com Garvão, enviar para jpmg6767@gmail.com

DIVULGAÇÃO COMERCIAL: Toda a divulgação comercial, inserida neste jornal, não está sujeita a pagamento.



“Partir Para Pertencer – Os Sonhos que o Interior não Sustenta”

Quem nasce no interior morre na esperança, na esperança de ser, de fazer, de se tornar.

Crescer no meu rural significa crescer num meio bastante diferente de tantos outros, há quem aprecie eternamente a brisa quente do interior, há quem olhe à volta e os vastos campos o sufoque, há quem tenha o coração preso à sua terra, mas também a consciência de que precisa ir atrás da chave que abre porta para a felicidade, pena não ser o Alentejo a oferecer a fechadura.

Crescer num meio pequeno, não é, principalmente nos dias de hoje, sinónimo de incapacidade ou fraqueza de espírito, significa sim, crescer num espaço com poucas oportunidades, intimamente direcionado para os mais antigos, estes que constituem a esmagadora maioria da população nestas regiões. Assim, para amparar a população raiz, os novos rebentos acabam por ser colocados de parte, sendo obrigados a sair para ser possível encontrar novos caminhos, alcançar objetivos, adquirir conhecimento, concretizar sonhos.

Crescer no Alentejo é saber que, a partida é necessária, não só para mim, mas para todos aqueles que a estas terras chamam de casa, é quase uma espécie de ciclo eterno, seguido de forma quase devota de quem já não conhece outro caminho. Com o passar do tempo, o Alentejo já não nos serve, deixa de fazer sentido, visto que os grandes investimentos públicos como Universidades, Centros Culturais e Empregos concentram-se nos ambientes citadinos, principalmente no litoral. Assim, com o passar do tempo, torna-se cada vez mais difícil abandonar a cidade que tanto nos ofereceu.

Tantos jovens, embora nem tantos como outrora, habituados às paisagens serenas, ao silêncio reconfortante, ao calor acolhedor, à geada que sacode a alma, rapidamente se habitua ao som das buzinas dos automóveis, ao movimento

constante, à massa de gente sempre atrasada para algum compromisso, o ser humano é movido por hábitos, e quando o hábito é partir, poucos conseguem romper o ciclo e regressar.

Falta tanta coisa ao Alentejo e, infelizmente, o pouco que se tem vai se perdendo com o passar das estações. A população vai envelhecendo, os Serviços Públicos, por sua vez, são obrigados a fechar portas, como é o caso das escolas, principalmente primárias e infantários, Centros de Saúde, Espaços de Lazer, ficando só as velhas paredes, esquecidas no tempo, que corroboram a existência de algo naquele local.

Enquanto jovem estudante crescida no interior, posso afirmar que prevalece sempre um sentimento de abandono e desdenhe, somos colocados sempre de parte, esquecidos como as nossas pequenas terras, onde prevalece um sentimento de impotência, sem qualquer poder para tomar decisões e contribuir para a construção do futuro e das sociedades vindouras.

O meio rural carece de projetos culturais eficazes que promovam a vinda dos jovens para o interior, há que desenvolver o setor terciário nestas regiões, aproveitarmos aquilo de bom que temos e oferecê-lo aqueles que por aqui estão de passagem, há que manter tradições, não deixar morrer aquilo que é nosso e que sempre foi, há que combater o preconceito de que o interior significa “parar no tempo”, há que oferecer condições de vida e de trabalho.

Assim, o Alentejo fica guardado na gaveta dos sonhos de cada um, para que talvez um dia, quando os cabelos forem mais claros e as feições já não foram as mesmas, possamos voltar e respirar aquela tranquilidade que nos é tão familiar, mas nessa altura já não somos tão jovens como antigamente, pertencemos agora aqueles que cá existem, voltando o Alentejo a ser a terra de ninguém.



**Mariana
Alexandre**
(Estudante de Direito)

FEIRA DE GARVÃO XXIX Exposição Agropecuária 9/10/11 de Maio 2025

Entre os destaques do programa estão as exposições de gado, provas equestres, debates, gastronomia e os espetáculos musicais. A programação conta também com demonstrações de tosquia e ordenha, provas equestres e equitação livre, corrida de touros, encontro de cante e grupos corais, workshops e demonstrações gastronómicas.

A Feira de Garvão é uma exposição agropecuária que reúne produtores, especialistas, e entusiastas do mundo rural para uma celebração das tradições e do potencial produtivo da região. Organizado pelo Município de Ourique, em parceria com a ACPA e a União de Freguesias de Garvão e Santa Luzia.

A iniciativa tem como objetivo promover o intercâmbio de conhecimento, fomentar a economia local e preservar as raízes culturais da comunidade.



Café Central

Manuel Bárbara dos Reis
*Comidas e
Dormidas*
Telef. 286 555 113
Lg. da Amoreira, 3 – GARVÃO

Carlos Reis

Construção Civil

+351 937 259 158
carlosreis7891@gmail.com



OS SINOS DO CONCELHO

O Sino da Casa da Câmara e o Sino do Açougue

Os sinos concelhios, situado geralmente nos edifícios públicos, Casa da Câmara, no Açougue ou na Cadeia, constituem um dos equipamentos dos concelhos, mais úteis, mais pitorescos e mais representativos da autoridade concelhia, do seu poder e da sua jurisdição.

Tratando-se de um equipamento concelhio tão vinculativo, o sino estava presente em praticamente todas as antigas casas da câmara, pois pontuava não só a vida concelhia e os seus rituais judiciais, administrativos e celebratórios como o próprio quotidiano da comunidade de vizinhos.

O sino da câmara assegurava tanto os toques obrigatórios da alvorada e do crepúsculo, consagrados nas Ordenações, como os rebates mais dramáticos, dos desastres naturais e dos grandes acidentes aos desastros, levantamentos (as temíveis “uniões” da Idade Média e dos Tempos Modernos) e todo o género de “arruados” públicos em que facilmente descaíam comunidades por vezes bem carenciadas e indefesas.

O sino era a voz do povo, pelo que o barbante ou a corda do seu badalo estava ao alcance de todos, a começar pelas crianças. Muito facilmente qualquer um o poderia acionar para avisar de um incêndio, de um perigo de afogamento, de um crime, de uma briga, de uma pendência ou de um desaparecimento estranho.

O sino da câmara, enquanto mensageiro de boas e más notícias, tanto era uma causa de desgosto colectivo como as más notícias, como de alegrias como acontecimentos mais ruidosas. Mas, enquanto voz, ou melhor, enquanto “clamor” dos povos, o sino da câmara era também um agente de revolta, no rebate desesperado de incitamento à luta, à revolta e à defenestração descontrolada de pessoas e bens.



O Sino do Açougue encontra-se nas instalações da Junta de freguesia à espera de ser colocado no seu lugar



Sino da Câmara Nos Antigos Paços do Concelho de Garvão

“Toca-se por toda a parte a rebate nas sinetas dos Campanários” – lê-se em certo Memorial anónimo de 1867¹, relatando a revolta das populações de concelhos alentejanos da zona de Castro Verde, ameaçados de extinção no âmbito do processo de “arredondamento dos concelhos” do século XIX.

Em pleno processo de implantação do Liberalismo, no momento em que se processa o arrolamento e a venda dos bens dos conventos extintos, por toda a parte as câmaras cobiçam os sinos das respectivas igrejas, pois os mesmos continuavam a ser um equipamento concelhio indispensável. A sua presença apagou-se muito a partir do Liberalismo, enquanto símbolo do poder concelhio.

O Açougue de Garvão, manteve a sua traça original até há relativamente poucos anos, quando lhe foi retirado o sino que o caracterizava e levado para as instalações da Junta de Freguesia onde ainda se encontra.

O sino anunciava a venda de produtos no Açougue, era, em princípio, um mercado permanente onde se vendiam a carne, o peixe, os legumes.

Com o tempo, os Açougues passaram a abrigar apenas a venda de carne e de peixe, para se especializarem posteriormente apenas na venda da carne a retalho.

¹ Memorial anónimo relativo dirigido à Junta Geral do Distrito de Beja sobre o arredondamento dos Concelhos da região de Castro Verde, Ourique e Almodôvar, defendendo a “capitalidade” de Castro Verde; N. ass., não datado; mas provavelmente de 1867, in IAN-TT – Ministério do Reino – Negócios diversos relativos à divisão territorial [ano de 1867] – Maço 3148 – Distrito de Beja; em itálico no original.

² CAETANO, Carlos Manuel Ferreira

– As Casas da Câmara dos Concelhos Portugueses e a Monumentalização do Poder Local (Séculos XIV a XVIII). Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2011. Dissertação de Doutoramento em História da Arte Moderna.

LINDAMIRA DÔLORES DE BRITO CARVALHO
Tel. 286 555 371
Tlm. 939 441 637
Rua do Álamo, 4
7670 GARVÃO

CARPINTARIA CONVERSA
EXECUTAM-SE TRABALHOS EM ALUMÍNIO

- * Portas
- * Janelas
- * Marquises
- * Estores
- * Portões
- * Corrimões

Jorge Bento
964 173 005
Garvão - Ourique



ASSOCIAÇÃO DEFESA DO PATRIMÓNIO DE GARVÃO

30 ANOS DEPOIS

AADP de Garvão, fundada em 1994, por um grupo de jovens desta terra, desenvolveu várias atividades de índole cultural, histórico, arqueológico, musical/folclórico e jornalística, como o artigo, abaixo reproduzido, inserido na publicação Camarária de 1995, exemplarmente ilustra.

Esta Associação dentro daquilo que tem sido o âmbito da sua intervenção na comunidade onde está inserida, não se quedou, nunca pelo acessório.

Progressivamente vem acrescentando sempre mais uma frente de trabalho às anteriores e hoje intervém num vasto leque de ações que vão desde a pesquisa à recolha de informações e testemunhos da matriz cultural e histórica de Garvão.

Ainda recentemente, no último verão, pudemos constatar a realização de um campo de trabalho que teve a participação de jovens oriundos de vários países europeus que realizaram um valioso trabalho de escavação arqueológica em Garvão, escavações essas que estavam paradas há algum tempo.

Este tipo de intervenção é apenas uma das frentes em que se empenha a Associação de Defesa do Património. Mas o esforço e a dedicação estendem-se à pesquisa etnográfica, à recuperação patrimonial das tradições de usos e costumes que hoje infelizmente já não fazem escola.

Naturalmente surgiram grupos corais masculino, feminino e infantil, grupos de música e de danças tradicionais, algumas delas com origem secular. Por exemplo, a recolha de dados e informações sobre as danças dos guizos e das espadas realçaram um pormenor curioso - o rei D. Sebastião, nas suas andanças pelo Alentejo, (como relata João Gascão na sua Relação das Viagens de El-rei D. Sebastião)¹, terá sido apresentado com aquelas danças.

Por outro lado, a Associação tem referências de que os traços mais característicos das danças dos arquinhos e das fitas são oriundos de alguns países europeus.

Se damos testemunho destas facetas que estão patenteadas no trabalho desenvolvido pela Associação de Defesa do Património de Garvão, é para que a opinião



pública nomeadamente do nosso concelho, constata a importância do trabalho que está a ser desenvolvido numa freguesia que no século passado foi sede de concelho e que preserva ainda uma das feiras de gado mais importantes do sul do país.

Não nos podemos esquecer também do peso e da importância do depósito votivo descoberto em Garvão, e que continua a aguardar um trabalho de pesquisa para dar sequência aos vestígios que já foram revelados, altura em que na sequência das obras para a instalação de uma rede de saneamento básico se salientou um espólio da maior importância em termos arqueológicos.

A instalação no local de um Museu do Sítio é uma das grandes aspirações da Associação, um projeto sistematicamente adiado, porque o IPPAR não concretizou este grande objetivo a par de outros que se estendem pelo concelho. Tudo indica que a verba destinada a esse fim foi canalizada

para Foz Côa.

Resta acrescentar que a Associação de Defesa do Património de Garvão tem a "ousadia" de publicar regularmente um jornal que muitas sedes de Concelho por esse país fora não enfeitariam, pelo seu conteúdo e pelas preocupações culturais e de informação que expressa.

A autarquia conhece o trabalho da Associação e sempre se disponibilizou para as iniciativas que tem promovido. Mas nunca será demais, até pelo exemplo de perseverança e dedicação dos seus responsáveis, realçar o mérito e as tarefas a que deitou mãos.

¹ Itinerários de El-Rei D. Sebastião: 1568-1578, Pref. Joaquim Veríssimo Serrão. - 2ª ed. - Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1987.

ANTÓNIO
VENDA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA
Radios e Televisões
Telef. 286 555 111
GARVÃO

Cont. N.º
901 697 621
MANUEL BARTOLOMEU ROMÃO, HERD.º
ARMAZENISTA DISTRIBUIDOR
Telef. 286 555 120 — Telef. / Fax 286 512 848
E.N. 123 KM 47,8
OURIQUE



Trabalhos arqueológicos na *Villa* dos Franciscos em Garvão. Escavação (1981)

Síntese dos Trabalhos

Objetivo:

Sondar uma vasta área (cerca de 3 hectares), com a finalidade de justificar a alteração do traço de uma via, para o mesmo local projectada.

Efectuar todos os trabalhos arqueológicos possíveis, no intuito de delimitar a área da estação e a respectiva potência arqueológica da villa. Os trabalhos foram motivados pela construção de uma estrada que ligará Garvão à Aldeia das Amoreiras

Resultado:

Efectuou-se uma prospecção intensiva da área em causa e sequente levantamento topográfico; sondagem superficial nas áreas mais periféricas, efectuada por uma retro-escavadora, trabalho que permitiu delimitar a zona arqueológica e avaliar potencialidades estratigráficas; sondagens onde se revelou a existência de duas salas contíguas, pavimentadas a *opus signinum*¹, bem como parte de um tanque com 4 degraus de acesso. No extremo Norte abriu-se uma sondagem que revelou a existência de muros em pedra, e material muito escasso.

Teve a intervenção dos arqueólogos:

Caetano Maria de Mello Beirão
José Olívio da Silva Caeiro
Mário Varela Gomes
Rosa Varela Gomes

Como resultado desta intervenção na herdade dos Franciscos, (parte da herdade do Arzil), forçou a alteração do traçado original da estrada projectada, devido à importância dos vestígios arqueológicos descobertos.

Posteriormente, em 1984, Mário Varela Gomes e Rosa Varela Gomes relatam o “Estudo da estela proveniente da villa”: Estela epigrafada de cariz funerário, a qual foi atribuída ao Século II d.C. ou mesmo aos inícios do século III d.C. A estela enquadra-se no tipo de lápides encontradas no sudoeste alentejano, mantém, contudo, estreitas ligações com a epigrafia do Noroeste, sobretudo no plano onomástico, para o qual os

autores encontraram sobretudo paralelos no Conventus Bracarensis. Segundo os autores tratou-se de um achado avulso, não se podendo saber se teria sido reaproveitado ou pelo contrário faria parte da necrópole da dita villa. A leitura da epigrafe é a seguinte: LADRONV S / DOVAI BRA CA RVS CASTEL LO/ DVRBEDE H IC/ SITVS ES T A N NO/ RV M XXX / S T T L

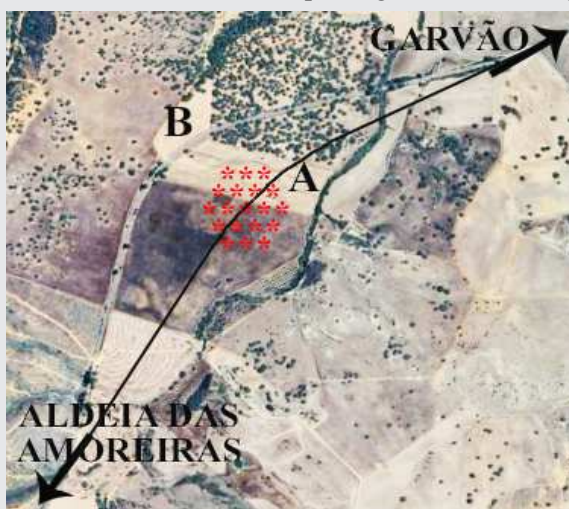
O conhecimento da importância em termos arqueológicos desta zona, já era do conhecimento das entidades

competentes, pois em 1908, no *Archeologo Português*, José Leite de Vasconcellos², menciona um busto em mármore, possivelmente de Agripina Menor, descoberto nos Franciscos e guardado no Museu Regional Rainha Dona Leonor, em Beja.

¹ *Opus signinum* é um material de construção usado na Roma Antiga e nas diversas urbes do império. É uma forma de cimento romano que utiliza cerâmica quebrada, verificando-se que reduzido a pó e temperado com cal, torna-se mais sólido e durável. A sua principal vantagem sobre outras substâncias de natureza semelhante era a sua impermeabilidade, razão da sua utilização generalizada em residências particulares e também

em edifícios públicos, nomeadamente na confecção de calçadas das casas e na construção de banhos romanos, aquedutos, cisternas e quaisquer edifícios que envolvam água. O uso do termo *signine* faz referência a Signia (moderna Segni), a cidade do Lácio famosa pelos seus azulejos. Contudo a técnica, provavelmente terá sido inventada pelos fenícios, está documentada no início do século VII. AC em Tell el-Burak (Líbano) e depois nas colónias fenícias no Norte da África.

² José Leite de Vasconcelos Cardoso Pereira de Melo, nasceu a 7 de julho de 1858, conhecido simplesmente como Leite de Vasconcelos, foi um etnógrafo, arqueólogo e autor prolífico português que escreveu extensivamente sobre a filologia e a pré-história portuguesas. Foi o fundador e o primeiro diretor do Museu Nacional de Arqueologia Portuguesa.



**Letra A corresponde ao traçado
projectado da estrada.
Letra B corresponde ao traçado actual,
por força da intervenção arqueológica.
A vermelho **** local de maior
concentração de vestígios.**

Drogaria Carapinha

De: Rui Nuno Gonçalves Carapinha

REDES - TINTAS - RAÇÕES
CEREAIS - FERRAMENTAS - ETC

Tel. 286 555 441

Tlm. 936 337 373

Rua Nova, 28 - GARVÃO



ANTÓNIO FRANCISCO DELFINO

VENDA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA A PNEUS DE LIGEIROS E PESADOS
PNEUS AURORA - MECÂNICA GERAL

Telef. 286 555 416 - Telem. 962 341 322

GARVÃO



O DEPÓSITO VOTIVO DE GARVÃO

UM NOVO OLHAR SOBRE OS MATERIAIS CERÂMICOS E AS TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO

Tese apresentada à Universidade de Évora
para obtenção do Grau de Doutor em Ciências da Terra e do Espaço
Lúcia Cristina Lourinho Rosado
ÉVORA, Junho 2019.

(...) contribuir para a divulgação deste património, aproximando o público à cultura e ao conhecimento científico e motivando o interesse para os visitantes, promovendo também a qualificação e desenvolvimento do território.

Este estudo centra-se no estudo arqueométrico das cerâmicas arqueológicas do Depósito Votivo de Garvão. O estudo material envolveu diversas técnicas analíticas complementares, nomeadamente: microscopia ótica (MO), difração e microdifração de raios-X (DRX), fluorescência de raios-X portátil, espectrometria de massa acoplada a plasma indutivo (ICP-MS), espectroscopia microRaman, microscopia eletrónica de varrimento acoplada com espectrometria de energia dispersiva de raios-X (SEM-EDS) e cromatografia gasosa acoplada a espectrometria de massa (GC-MS).

Os resultados mostram que as cerâmicas a torno exigiram um maior tratamento das matérias-primas, por parte dos oleiros. Nestas cerâmicas foram também identificadas fases de alta temperatura, cuja presença é explicada por um cozimento diferenciado relativamente às cerâmicas manuais.

A produção dos materiais cerâmicos aparenta ser uma atividade regional. As matérias-primas usadas no fabrico do corpo cerâmico e os pigmentos usados na decoração apresentam uma composição mineralógica e química compatível com formações geológicas da Faixa Piritosa Ibérica que afloram na proximidade de Garvão.

A presença de resíduos orgânicos num conjunto de cerâmicas manuais, avaliada por GC-MS, confirma que os recipientes foram usados e que alguns deles poderão ter tido mais do que uma aplicação. Os mesmos contiveram e/ou estiveram em contacto com produtos de origem vegetal e animal, mais especificamente óleo vegetal e resina; e cera de abelha.

Os resultados mostram ainda o uso de fogo, com indícios de combustão de uma substância orgânica no interior dos recipientes.

Este estudo introduz novos conhecimentos sobre os materiais cerâmicos e as sociedades que as conceberam e utilizaram, fornecendo detalhes que poderão contribuir para uma melhor perceção do contexto de culto ritual e práticas



Urna decorada com tampa e orelhas perfuradas



Figura de um cavalo, sem a cabeça e as patas dianteiras.



Vasos de Janelas ou Queimadores



sociais do Depósito Votivo de Garvão, e consequentemente promover a valorização do espólio como testemunho da II Idade do Ferro no Sudoeste Peninsular.

Esta dissertação aborda, segundo a perspectiva arqueométrica, o conjunto cerâmico do Depósito Votivo de Garvão. Este depósito, datável do período compreendido entre a segunda metade do século IV a.C. e finais do século III a.C., correspondente à II Idade do Ferro, foi descoberto acidentalmente em 1982 durante a realização de obras de saneamento



Grande contentor com figuras modeladas

básico. Segundo alguns autores uma hemidracma de Gades (em prata), datada de 238 - 237 a. C., que pode ter circulado até aos finais do séc. III a.C., indicará a data de constituição do Depósito Votivo (Beirão et al., 1985; Correia, 1999).

O espólio cerâmico é muito abundante e segundo os autores da escavação, o material recolhido constitui um possível depósito secundário de peças votivas ofertadas a uma divindade (Beirão et al., 1985). Em 2009, com a criação do Centro de Arqueologia Caetano de Mello Beirão (CACMB), tornou-se possível o regresso do espólio ao local de origem. O protocolo assinado pelo Município de Ourique, a Direção Regional de Cultura do Alentejo e a Universidade de Évora, Laboratório HERCULES, permitiu a inventariação, conservação e o estudo do magnífico conjunto de materiais do depósito de Garvão. Com o estudo

das cerâmicas deste depósito, pretende-se valorizar o espólio no seu aspeto histórico e social, enquanto testemunho de um passado no atual território português. Assim, o incremento do conhecimento sobre as cerâmicas depositadas em Garvão permitirá compreender a sociedade que as concebeu, utilizou, transportou e eventualmente comercializou. Por outro lado, espera-se contribuir para a divulgação deste património, aproximando o público à cultura e ao conhecimento científico e motivando o interesse para os visitantes, promovendo também a qualificação e desenvolvimento do território.



RAQUEL VARELA

Apresenta novo livro

Foi apresentado, na Ribeira Seca, em Machico, a história do padre José Martins Júnior, figura icónica de coragem e resistência.

O CANTO DO MELRO

A obra ‘O Canto do Melro – A Vida do Padre José Martins Júnior’, de Raquel Varela, explora a trajetória deste pároco, abordando marcos históricos como a guerra colonial, o 25 de Abril e o fim do feudalismo na Madeira. A obra está a ser apresentada e estará nas bancas a partir de 21 de novembro.

Em estreia no romance biográfico, Raquel Varela destaca a luta do padre contra o obscurantismo e a censura. O livro revela a criação de uma comunidade em Ribeira Seca, marcada por valores universais e participação ativa na sociedade.

A obra foi apresentada no Centro Cívico da Ribeira Seca, em celebração do 86.º aniversário do padre, na presença de amigos, familiares e figuras do PS e JPP, como Paulo Cafôfo, Emanuel Câmara, Elvío e Filipe Sousa, além do presidente da autarquia de Machico, Ricardo Franco.

BIOGRAFIA

Raquel Varela, historiadora, professora universitária e investigadora, é autora de *A História do PCP na Revolução dos Cravos* (2011), *História do Povo na Revolução Portuguesa* (2014), *Breve História da Europa* (2018) e *Breve História de Portugal – A Era Contemporânea (1807-2020)* (2023), entre outros.

Tem mais de quarenta livros publicados ou editados. É especialista em história do 25 de Abril e também em história das revoluções no século XX. Participa semanalmente em programas de televisão e rádio e é guionista de documentários.

Foi agraciada com vários prémios, entre eles: o Prémio da Associação Ibero-Americana de Comunicação/Universidade de Oviedo, Espanha, pelo seu contributo para a história global do trabalho e dos movimentos



sociais.

Em 2020, foi a primeira distinguida com a bolsa de investigação Simone Veil, Project Europe - Universidade de Munique. É presidente do Observatório para as Condições de Vida e Trabalho.

IN: <https://www.bertrandeditora.pt/autor/raquel-varela/977087>

RAQUEL VARELA EM GARVÃO

O meu bisavô tinha a quarta classe, ou talvez terceira. Viveu até aos 93 anos, crescemos com ele. Era muito pequeno, magro e a sua doçura nunca foi superada por ninguém na família. Nunca o ouvi levantar a voz.

Já vos contei que quando o homem do regime lá da terra, Garvão, inaugurou a Casa do Povo e disse “viva metade de Garvão”, referindo-se à metade que tinha doado dinheiro para a Casa, empreendimento fascista, o meu avô gritou “Viva a outra metade”, o que lhe valeu uma noite na cadeia.

Tinha uma mercearia no Alentejo, lá em Garvão, onde parava amiúde um velho anarquista, Gonçalves Correia, caixeiro viajante, que lhe lia os livros de Tolstoi.

Quando o meu bisavô, César, via televisão, o Telejornal sobretudo – porque de resto estava na carica, cartas ou bilhar -, recordo-me de o ouvir fazer comentários deste tipo para o locutor, sim, porque o meu bisavô ainda era da geração que falava com a Televisão: “não sei se o que diz é mesmo assim”, “será verdade? não domino o assunto”, “pode ser, mas não sabemos se disse tudo”.

IN: <https://raquelcardeiravarela.wordpress.com/2019/07/15/a-ignorancia-atrevida/>



Entrevista ao VICE-ALMIRANTE ÁLVARO SABINO GUERREIRO - Natural de Garvão -

Curriculum vitae

- Licenciado em Ciências Militares com o curso de Marinha da Escola Naval, frequentou depois diversos cursos, entre os quais os próprios da carreira militar.

- Foi especializado na área das Telecomunicações.

- Foi Diretor da Estação Radionaval da Horta e desempenhou o cargo de “Communications and Information System Officer” na União da Europa Ocidental em Bruxelas.

- Prestou serviço, entre outras situações, na área da gestão de recursos humanos e no Estado-Maior da Armada, tendo sido oficial do Estado-Maior na área do Pessoal (Secção de Legislação), Chefe da Repartição de Oficiais, Subdiretor da Direção do Pessoal da Marinha e Chefe da Divisão de Planeamento do Estado-Maior.

- Foi oficial de guarnição e comandou vários navios, designadamente na Guiné, em Angola e em força naval da NATO.

- Foi Comandante Operacional dos Açores.

- Desempenhou o cargo de Subdiretor do Instituto Superior Naval de Guerra, que interrompeu com a criação do Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) em 2005. Foi então Subdiretor do IESM, neste caso em acumulação com a direção de vários Cursos de Promoção a Oficial General e de responsável pelo Gabinete da GNR.

- Foi Diretor do Instituto de Estudos Superiores Militares.

- Passou à Reserva por limite de idade no posto de Vice-Almirante enquanto Diretor do IESM, tendo passado a exercer o cargo de Presidente do Conselho de Ensino Superior Militar (CESM) a convite do Ministro da Defesa Nacional, Prof. Doutor Augusto Santos Silva.

- Passou à Reforma, tendo cumprido novo mandato no CESM, entre 2012 e 2015, a convite do então Ministro da Defesa Nacional Dr José Pedro Aguiar Branco.

- É Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Associação “25 de Abril”.

- Sr. Almirante, da sua infância em Garvão o que é que mais se recorda?

Na minha juventude, com muito poucos anos, Garvão era uma terra muito animada, com muita gente a trabalhar no campo, mas também com operários a trabalhar na Moagem, no Lagar de azeite, na Fábrica da Cortiça e ainda na Funcheira, nos caminhos de ferro. Nos carris de ferro passavam locomotivas que assustavam um pouco os pequeninos com os seus uivos de vapor, enquanto nas arramadas as mulas pacientes aguardavam os trabalhos agrícolas. Havia várias lojas, vendas, barbearias, ferreiro, carpintarias, latoeiro, fábrica dos pirolitos, etc. que se conheciam pelos nomes dos donos, o Sr. César, o Sr. Zé Conduto, o Sr António Cunha, a loja do Sr.

Sabino, do Sr. Pina, o Sr. Anastácio, o Sr. Arnaldo, o Sr. José Augusto e por aí adiante. O café Central onde pontificava o Joaquim da Silva (um grande Senhor) e o Crocodilo do Sr. Jesuíno, juntamente com a Casa do Povo, eram os pontos de convívio principais. De manhã acontecia o desfile dos trabalhadores para as fábricas e em certas ocasiões as mondadeiras e as ceifeiras enchiam as ruas, bem cedo, a caminho dos campos, muitas vezes cantando para espantar as dificuldades da vida. A chegada da camioneta da carreira da Cândido Belo era sempre um acontecimento. E quando havia um desdobramento, 2 camionetas, motivo de admiração e curiosidade. As pessoas cavaqueavam no Largo da Palmeira (bem mais bonito que o que lá está agora) e os homens assistiam aos jogos de futebol dos moços no campo em frente ao largo da Amoreira, onde o Calú era o equivalente do Ronaldo. O Manel Bonito e o Alberto Carne eram acarinhados pelas pessoas e os gaiatos compraziam-se a irritar o Sr. José Palmeiro, o Zuca, que tentava cumprir com os seus deveres de funcionário da Junta (salvo o erro). Um dia chegou a minha vez de ir à Escola. Foi uma grande emoção. Ainda hoje sobram

grandes amigos desse tempo, o Octávio Rocharte e o Manel Zacarias por exº. Na Casa do Povo via-se, às vezes, um só canal de televisão, com imagens cheias de pontinhos

brancos e pretos. Mas o Homem Invisível, o Danger Man, o Charlie Chan e a Patrulha da Estrada eram, entre outras, as séries que os gaiatos não perdiam, todos sentadinhos em frente ao aparelho da TV da Casa do Povo, um dos poucos que existia na terra. Para telefonar, coisa rara, em regra ia-se aos Correios onde estava o Sr. Varela e a Dª Celeste.

O Sr. Túlio distribuía as cartas. À noite, bem aviados com tintos e brancos, erguiam-se vozes do cantar alentejano no Largo da Palmeira, com base na venda do Sr. António Pereira. Era de arrepiar. A venda do Sr Pereira era mesmo em frente à casa da Ti Lila, paragem obrigatória para uns dedos de conversa e convívio inesquecível. Quando chovia e as ribeiras iam cheias, abrigados da chuva ia-se para as pontes cavaquear um pouco. Os gaiatos jogavam ao pião, com entradas em cena pontuais das pioguinhas. E também se jogava ao botão e à pata e ao arraiol (ou berlinde). Eu tinha o privilégio de ser amigo da Leonor, minha grande amiga e tinha acesso à lixeira dos frascos dos pirolitos partidos que existia na fábrica, onde me abastecia de arraióis que depois distribuía pela rapaziada. Mas toda a rotina se alterava com a chegada da feira, o grande acontecimento anual e com as festas anuais. A excitação era máxima para os privilegiados que uma vez por ano iam até à praia em Sines ou na Zambujeira. Uma vez choveu neve - foi uma festa e muito frio. E todos se recolhiam um pouco quando o sino badalava lugrebe anunciando uma morte. Quem morreu,



Álvaro Sabino Guerreiro
Na escola em Garvão em 1954.
(Segundo a contar da esquerda, na fila de baixo)



Segue na página seguinte

Seguimento da página anterior

perguntava-se com alguma angústia, não fosse alguém conhecido que era o mais certo. Falar de política era um sacrilégio e só o faziam alguns temerários que enxovalhavam Salazar até mais não poder. As gentes da terra sabiam bem o que tinha acontecido a alguns e famílias, com essa aleivosia de quererem pão e liberdade. O Jornal de Garvão, justamente, lembrou-os há tempos. Sem poderem exprimir-se, engolia-se em seco e bebia-se mais um medronho. Porque para além do movimento das pessoas, do convívio, dos cantares, do trabalho, do estar-se bem nesta terra, havia miséria e faltas de oportunidade, muitos andavam descalços, comia-se mal e havia que aguentar e piar baixinho. Na Saúde, o Dr Loução era o nosso herói. E foi sempre até ir embora. Um dia, vieram 3 ou 4 camionetas da carreira e levaram muito boa gente a emigrar para as áfricas. Garvão nunca mais foi o mesmo. E muito menos foi quando nos anos 60, a Moagem foi vendida e levada para Alhandra, conjuntamente com um número significativo de famílias, que com a sua partida deixou a vila ainda mais despovoada.

- O que o levou a seguir a carreira militar?

O principal motivo foi a atração que senti pelo mar.

Que é uma coisa que não se explica. Andar no mar foi um privilégio, mas imagino que para muitos seria uma tortura. Ao escolher ingressar na Escola Naval, também procurei valorizar-me academicamente e seguir uma carreira que confere segurança na vida, mesmo que sem proventos exagerados. Obviamente que há outro fator que não se escolhe. Há quem tenha por objetivo ganhar o máximo de dinheiro em negócios, mas há outros cuja vocação é servir os outros nas mais diversas profissões. Jurar dar a vida para defender o Povo é algo de sério e que se faz e que se fez a sério. E essa foi a minha vocação, vá lá saber-se porquê.

- Que envolvimento teve na formação de marinheiros

Nunca esperei que tal me acontecesse, mas a última parte da minha carreira foi dedicada ao ensino superior, na vertente universitária e politécnica, envolvendo todos os ramos e a GNR e não só a Marinha. As minhas acções principais foram, como Diretor do Instituto de Estudos Superiores Militares (o equivalente a um Reitor de Universidade), conduzir o processo que levou à adaptação neste Instituto do ensino superior à Declaração de Bolonha. Depois já na reforma, fui Presidente do Conselho do Ensino Superior Militar, cujo resultado, ao fim de 5 anos de trabalho intenso foi a criação do actual Instituto Universitário Militar. Isto foi muito importante porque, simplificando, este ensino superior mede-se em Unidades de Crédito que passaram a ser facilmente comparáveis entre Universidades. Ou seja. um militar passou a melhor poder potenciar o que aprende nas Forças Armadas, para completar um curso superior em universidades civis. O resultado é que hoje o número de mestres e doutores com cursos civis entre os militares das Forças Armadas e da GNR, é muito significativo. O objetivo de um militar é combater e não ser doutor, mas não era avisado desperdiçar o resultado da formação que é obrigatória para quem comanda homens em combate, lida com armas poderosas e desempenha funções em situações delicadas, designadamente no âmbito internacional, formação esta que é muito exigente e de excelência. As qualificações académicas civis valorizam as Forças Armadas. O Instituto Universitário Militar passou a conferir o grau de Doutor em Ciências Militares e também passou a abrigar no

seu Departamento Politécnico a formação para se ingressar na categoria de sargento. Isto não acontecia do antecedente.

- Quais as suas funções nos Açores e na União Europeia?

Nos Açores fui Comandante e membro da guarnição de diversos navios, designadamente de uma Lancha de Desembarque que apoiou o Governo Regional na feitura de diversos portos, desembarcando o material pesado necessário às obras às vezes em sítios incríveis. Fui Diretor da Estação Radionaval da Horta, que garantia importantes comunicações em fonia e radiotelegráficas no Atlântico, designadamente radiodifusões, comunicações navio-terra-navio e comunicações de socorro.

Mais tarde, já como Vice-almirante, fui Comandante Operacional dos Açores, que tem como responsabilidade comandar na Região as forças dos 3 ramos das Forças Armadas que lá existam ou sejam destacadas, em caso de necessidade. Para além das missões exclusivamente militares, dediquei uma especial atenção à colaboração com a Proteção Civil, porque os Açores são terras de vulcões, terremotos e inundações. Aproveito para notar que com o que vai pelo Mundo, os Açores têm hoje uma importância estratégica reforçada. Entre outras razões por que o Atlântico está pejado de cabos submarinos

com fibra ótica por onde passa a informação que nos alimenta a todos diária e instantaneamente e isto constitui uma séria vulnerabilidade estratégica. Pode haver a quem interesse afetar este sistema. Os 3 ramos das Forças Armadas nos Açores são ainda importantes na área da Busca e Salvamento.

Na Europa desempenhei funções na União da Europa Ocidental (UEO). Era uma organização criada há muitos anos que ficou dormente com a criação da NATO. Numa designada Declaração de Lisboa a UEO foi ressuscitada e eu integrei o arranque da Célula de Planeamento da UEO com sede em Bruxelas nos princípios dos anos 90. Caído o muro de Berlim em novembro de 1989, a NATO e a União Europeia entraram em expansão, por interesse próprio e a pedido de muitos países que se sentiam desprotegidos. A fronteira com a Federação Russa aumentou

muito significativamente. Alguns dos europeus, com particular realce para a França, entendiam ser avisado a Europa dispor uma capacidade militar própria, designadamente em termos de comando e controlo, embora numa organização devidamente articulada com a NATO a que todos os países também pertenciam. A organização funcionou durante uns anos e conduziu operações militares, mas os atlantistas extremados, que imaginavam poder continuar eternamente a contar com o dinheiro, o apoio e a proteção dos EUA, acabaram praticamente com ela ao fim de algum tempo. Agora, estão à pressa a tentar remediar a situação, o que não será fácil nem barato com estes anos de atraso. Se revisitarem a História, verificarão que nunca existiu uma grande potência económica sem que esta pudesse garantir a sua segurança e pudesse dissuadir os seus adversários pela simples exibição de força. É tão simples como isto.

- Onde estava pelo 25 de Abril de 1974?

Em finais de 1973 fui repentinamente nomeado Comandante de um navio patrulha que tinha como base o Porto de Leixões no Norte. Na Marinha a nomeação para um cargo destes não se recusa. Comandar um navio é o que todos desejam. Só que eu ainda era 2º tenente (3 anos de oficial) e o cargo era para gente mais antiga. Normalmente um Comandante daquele navio seria um 1º tenente já antigo (6/7/8 anos de oficial) ou mesmo um capitão-tenente (o posto a seguir) dos mais modernos. Foi muito estranho. vindo depois



Almirante Álvaro Sabino Guerreiro discursando no Instituto Superior de Estudos Militares



a saber, com razoável certeza, que foi uma forma de não estar em Lisboa naqueles que já eram tempos conturbados, uma vez que se sucediam reuniões cada vez mais em direcção ao derrube do regime. Quase sempre em missão no mar, ainda por cima num Inverno rigoroso, não tinha oportunidade de vir a Lisboa e quando tive, voltei para trás por termos entrado de prevenção por causa do Golpe das Caldas. Até que apareceu um substituto que me rendeu em cima do 25 de abril, porque, entretanto, me nomearam para comandar outro navio, mas um pouco mais longe, na Guiné. Eu saí da Escola Naval em 1970 e como oficial participava ativamente em diversas actividades no âmbito do Clube Militar Naval e reuniões entre camaradas, com alguma natureza política de oposição ao regime. Quando um marinheiro ficou tetraplégico por ter sido agredido por indivíduos da Legião (extrema-direita) no Cais do Sodré, fui pessoalmente protestar com mais 3 camaradas oficiais junto do Ministro da Marinha. Levámos um documento com cerca de 300 assinaturas de oficiais e isto era um ato de indisciplina, porque não são permitidas manifestações coletivas nas Forças Armadas. Só que o que tinha acontecido era insuportável e nós estávamos a avisar que tal não se poderia repetir. Talvez por esta e por outras acharam por bem afastar-me, dando-me um dia para me pôr a andar. Regressei no dia 26 de abril e fui direto para a Rua António Maria Cardoso para ver se o meu amigo Vargas de Matos, que tinha comandado a força de fuzileiros que tomou a sede da PIDE no dia anterior, precisava de alguma coisa. Daí segui para a Cova da Moura e integrei uma equipa que pomposamente se intitulava de Operações Especiais e que executava tudo o que fosse necessário, acalmar trabalhadores em fúria, prender pides, etc. Entre outras coisas, a mim calhou-me a certa altura, por ordem da Junta de Salvação Nacional, entregar a sede à CDE do Dr Manuel Tengarrinha e depois ao Partido Comunista Português. Na altura nem me apercebi bem da importância de o Estado estar nesse momento a proporcionar sedes aos partidos políticos proibidos durante 48 anos. Depois disto todos queriam sedes.

- Que funções assumiu depois do 25 de Abril?

Fui delegado da Junta de Salvação Nacional junto do Ministério da Educação e responsável pela extinção das Mocidades Portuguesas masculina e feminina, já que a sede que entreguei ao CDE era de uma dessas mocidades. Um enorme berbicacho, porque eram muitas as infraestruturas e as pessoas que dependiam dessas instituições, designadamente meninas e meninos estudantes das províncias e ilhas. O Gen Spínola teve que me passar uma credencial para poder movimentar as contas bancárias e pagar as rendas e todas as despesas a tempo. Também tive que intervir na Secretaria do Ministério da Educação onde se acumulavam várias situações tensas, designadamente com os estudantes a quererem tudo de repente. Depois de várias peripécias e de algum atraso na rendição, fiz questão de ir para a Guiné comandar o navio que me tinham atribuído antes do 25 de abril e render o camarada que estava mortinho para se vir embora. Na Guiné integrei imediatamente o Secretariado do MFA. O General Spínola não queria a independência da Guiné, mas no terreno a situação era irreversível. Estive nos primeiros contactos com guerrilheiros do PAIGC no Sul da Guiné. Com o resultado do 28 de setembro de 1974 em Portugal, a situação alterou-se e passou a reconhecer-se a independência do país, que aliás tinha sido declarada há uns anos no Bié, pelo PAIGC. A situação poderia ter sido muitíssimo complicada na Guiné se tivesse sido outro o resultado do 28 de setembro em Portugal. Entrecortei trabalho no Secretariado do MFA com missões no

navio, até que chegou o dia da saída da Guiné. Comandei o penúltimo navio a sair. O outro saiu 3 min depois. Todos os militares na Guiné terminaram a comissão e voltaram a casa, menos 5. Eu fui um deles, porque era juntamente com os outros Comandante de navio e foi dada ordem para levarmos os navios, com novas guarnições, para Angola, com uma estadia em Cabo Verde para rendermos as guarnições. Essa viagem é conhecida na Marinha como a Incrível Armada, porque era constituída por navios próprios para navegar em águas interiores (na Guiné navegávamos nas rias que existem por todo o país), sendo que os navios estavam muito cansados devido ao uso intenso e agora navegavam em mar aberto durante dias a fio. Há um livro que descreve as peripécias vividas. Mas lá chegámos a Luanda. Atraquei com um motor que só fazia o navio andar para vante e outro que só fazia marcha a ré, mas atraquei sozinho, sem rebocadores.

- Sobre a sua estadia na Guiné e em Angola, que cargos desempenhou?

Já referi a estadia na Guiné. Em Angola decidi que faria umas férias de mfas e que me limitaria a comandar o navio. Foi sol de pouca dura. Ao fim de um mês os meus camaradas de Marinha em Luanda decidiram eleger-me para integrar a Comissão Coordenadora do Programa do Movimento das Forças Armadas em Angola (CCPA), o mais ou menos equivalente ao Conselho da Revolução em Portugal, que era constituída por 3 militares de cada ramo e que funcionava como órgão de apoio e conselho ao Alto-Comissário. Trabalhávamos no Palácio do Governo e íamos aonde era necessário, incluindo organizações internacionais. Ainda fiz umas missões com o meu navio, mas tive que o entregar a outros camaradas, à medida que a situação em Angola se complicava de forma dramática. Existiam 3 movimentos de libertação fortemente armados e em confronto aberto uns com os outros todos os dias, provocando milhares de mortos. Desenrolava-se uma Revolução em Portugal e ninguém estava disponível para morrer a combater em Angola quando em

Portugal o ambiente era percecionado como de festa e usufruto da liberdade conquistada em 25 de abril. Acresciam os interesses internacionais fortíssimos que queriam assumir posições num país rico como Angola, tais como os EUA, a China, a União Soviética/Cuba, mais perto a África do Sul, o Congo, etc. etc. Nem sempre tínhamos o apoio necessário de Portugal, pelo que foram tempos muitíssimo difíceis, que incluíram a necessidade de organizar uma ponte aérea que trouxesse os portugueses para o seu país, uma vez que para a grande maioria era impossível continuar naquela terra, dada a incerteza do que se poderia passar no futuro. Regressei a Portugal um pouco antes da Independência de Angola e integrei o Gabinete de Angola na Presidência da República, para apoiar o General Costa Gomes na condução do processo que se seguiu. Um dia, no Forte de S. Julião, no recato de uma conversa a dois, quando contava ao PR o que se passava em Angola, o general Costa Gomes verteu uma lágrima. Nunca falei disto, fiquei estarecido. O processo de colonização e de descolonização de Angola, que foi traumático para muita gente, ainda está por contar.

- Quais as responsabilidades, em termos de defesa, do Almirantado?

O Conselho do Almirantado é um órgão de conselho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) e é constituído por todos os vice-almirantes que se encontrem a



A bordo da “Desfange”. A Câmara de Oficiais mudou-se para a asa da ponte de bombordo enquanto rebocada pela “Ccorenes”, ao fundo.



Segue na página seguinte

Seguimento da página anterior

prestar serviço na situação de ativo, na Marinha. Aconselha o ALM CEMA em todos os assuntos que ele necessite e pronuncia-se sobre as promoções por escolha para o caso de promoções a oficial general ou para decidir sobre os oficiais que devam frequentar o curso de promoção a oficial general. Em termos de Defesa o papel do Conselho centra-se essencialmente em manifestar a sua opinião sobre a Diretiva de Política Naval do Almirante CEMA que concentra as opções quanto ao futuro da Marinha. Os antigos diziam que não era o CEMA que escolhia os almirantes, mas que eram os almirantes que escolhiam o CEMA. Atualmente o poder político imiscuiu-se mais neste processo de escolha do CEMA o que não me parece bom, porque os governos têm pendores muito partidários e os militares devem estar absolutamente acima das partidarites.

- Quais os objetivos da “Associação 25 de Abril” e o seu envolvimento com esta associação?

Poderia citar os estatutos e uma série de artigos do mesmo, mas resumo tudo em 3 palavras - Liberdade, Democracia e Paz. Foi sempre assim e assim será até ao fim dos nossos dias. Foram estes valores, mais a necessidade de Desenvolvimento e da Descolonização, que levaram ao 25 de abril de 74. Muitos dos sócios já têm uma idade provecta, mas continuam firmes na defesa destes valores. Tentamos renovar a Associação com gente jovem e estamos atentos, porque os tempos que correm só demonstram o que sempre soubemos, a Liberdade e a Democracia estão sempre em risco e poucos delas desfrutam no Mundo. Da Paz nem se fala, com as vergonhas que proliferam por esse Mundo fora, como se a civilização tivesse recuado aos tempos negros da Idade Média. Para perceber isto basta ver o próximo telejornal. Em 25 de abril lá estaremos a inaugurar a reabilitação do Posto do Comando das Forças Armadas na Pontinha, a comemorar o 25 de abril na Assembleia da República e no habitual jantar na Estufa Fria com a presença do PR. No Rossio dirigir-me-ei aos que integrarem a manifestação na Avenida da Liberdade e apelarei à defesa dos ideais de abril. O meu envolvimento nesta Associação é o de ser o Presidente da Mesa da Assembleia Geral. A Assembleia reúne quando necessário, mas o Presidente da Direção, Vasco Lourenço, faz questão de partilhar as preocupações de cada momento, relativamente à contínua preservação dos valores que atrás citei. Jovens precisam-se para dar continuidade ao trabalho de 51 anos.

- Depois dos conhecimentos e experiência que adquiriu que mais valias poderá trazer à terra uma vez ligada a ela?

Nesta resposta vou recorrer à minha experiência de Chefe da Divisão de Planeamento da Marinha. Constatei, com alguma dificuldade inicial, que a Câmara de Ourique desenvolveu localmente e oportunamente o seu pensamento estratégico com base na Agenda 21 *“um processo capaz de ajudar a construir politicamente as bases de um plano de acção e de planeamento estratégico e participativo, a nível global, nacional e local, com vista ao desenvolvimento sustentável.”* A Agenda 21 é um documento internacional que foi adotado na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (Cimeira da Terra), em 1992. A Câmara Municipal de Ourique (CMO) desenvolveu, e bem, a Agenda 21 Local (A21L), instrumento que visa a implementação local do desenvolvimento sustentável. Só que não a conseguimos vislumbrar na página da CMO na internet. A Dra Marta Afonso, Chefe da Equipa – Programas Estruturantes Município de Ourique enviou-me, a meu pedido e sem demora, a Agenda 21 Local de Ourique e a visão da CMO das áreas estratégicas

para o desenvolvimento do Concelho, que também não conseguiu consultar na internet.

E como gosto de responder com clareza às questões que me colocam, sugiro à partida que a CMO atualize a sua página na internet, se necessário for atualizando também os conceitos, para que os munícipes e os potenciais investidores possam dispor sem problemas desta informação, que é muito relevante. Os documentos de estratégia teóricos podem ser muito bonitos mas de pouco servem, se não levarem à possibilidade de os responsáveis eleitos poderem conduzir uma gestão estratégica dos possíveis vectores de desenvolvimento, que integram o que decorre do Orçamento de Estado e tem implicações na região, do Orçamento da Câmara, do Portugal 2020 e 2030, do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), dos projetos ambientais,

dos projetos urbanísticos, dos projetos ligados à educação, etc. O cruzamento destes fatores de planeamento, a articulação entre os projetos com base na visão estratégica, diz-nos onde estamos em termos de situação, partindo do que foi realizado mais recentemente, do que já está atualmente a ser feito ou em fase de projeto. Se analisarmos criteriosamente esta situação, procurando criatividade e inovação, mas com pragmatismo, com base no tal pensamento estratégico atualizado, talvez melhor se consiga afinar o rumo ou rumos para chegarmos a bom porto.

É preciso reforçar a capacidade de

assumir posições proactivas, sugerindo caminhos, propondo ideias aos possíveis investidores, sejam eles o que forem. Isto faz-se articulando um Plano Estratégico, com o concreto que decorre da sua decomposição em Programas e controlando depois a execução dos programas, procurando depois obter financiamento para os que não o tenham à partida, apresentando ideias concretas. O importante é saber o que queremos e haver transparência completa que atraia o investimento. É diferente quando se sabe o que se quer e o podemos fundamentar e exhibir. Basta uma folha Excel contendo a descrição de todos os programas, a origem do financiamento, o prazo de execução, o custo e o responsável pela execução, para se fazer este controlo, o que é essencial. A bem da transparência, esta folha deve ser disponibilizada na internet. Mas há formas mais sofisticadas e rigorosas de fazer isto, recorrendo ao mapeamento estratégico próprio dos designados Balanced Score Cards ou metodologias equivalentes, mas já não seria mau termos a tal folhinha Excel.

Pensando assim e querendo apresentar propostas construtivas, proponho a criação de um Grupo de Reflexão que centre a sua ação no acompanhamento e desenvolvimento do que tenha impacto ou exista no Concelho em termos de Planeamento Estratégico para o Desenvolvimento, tendo por objetivo propor a quem de direito medidas que se julguem úteis para o Concelho. De um Grupo que compreenda que com as novas tecnologias Garvão está tão no centro do Mundo como outra terra qualquer em qualquer país (a Monsaraz e a fábrica de tijolos de cânhamo beneficiam deste factor). Há economistas, engenheiros, arqueólogos, ambientalistas, advogados, médicos, militares, operários, agricultores, etc. oriundos do Concelho de Ourique, espalhados por esse Mundo que, dispondo de uma informação atualizada, talvez tenham contributos úteis e ideias que se possam concretizar a seu tempo. É preciso dialogar sem guerrinhas estéreis. A meu ver bastaria um mail para a redação deste jornal da parte de eventuais interessados em participar nesta reflexão. Havendo um número de respostas suficientes para criar um núcleo de arranque, avançar-se-ia para o alargamento e trabalhos do Grupo. A ideia não é fácil, mas mal não faz. Há plantas que crescem nos sítios mais insólitos.



Desembarque na Guiné



JOSÉ JÚLIO DA COSTA

ESTUDO MÉDICO-PSIQUIÁTRICA

Excerto do artigo:

JOSÉ JÚLIO DA COSTA: PSICOPATOLOGIA NO MAGNICÍDIO? Nuno Borja Santos, (Médico, chefe de internamento do Serviço de Psiquiatria), Luís Afonso Fernandes, (Médico, interno de Psiquiatria). IN: **HISTÓRIA INTERDISCIPLINAR DA LOUCURA, PSIQUIATRIA E SAÚDE MENTAL - IX**, Coimbra, 2019.

Resumo

Após uma breve nota histórica sobre a biografia de José Júlio da Costa, é feita, seguindo as referências históricas habituais, uma resenha dos acontecimentos relatados que, segundo a maioria das fontes, levaram ao assassinato de Sidónio Pais. Esta é depois comparada com as notas clínicas e forenses relativas ao internamento de José Júlio da Costa no Hospital Miguel Bombarda, durante as admissões aí registadas (março a outubro de 1921 e 1927 a 1946), apurando-se nesse plano, algumas discrepâncias, nomeadamente sobre a eventual importância de conflitos laborais na sua terra natal. De acordo com estes registos, será ainda discutido o diagnóstico psiquiátrico do homicida e a sua imputabilidade enquanto tal.

Introdução

José Júlio da Costa nasceu a 14 de outubro de 1893, em Garvão, Ourique e morreu a 16 de março de 1946, em Lisboa. A 14 de dezembro de 1918, assassinou Sidónio Pais, Presidente da República, um ano após este ter tomado o poder pela força e instituído um regime presidencialista musculado. Detido no Estabelecimento Prisional de Lisboa, foi avaliado pericialmente, em fevereiro de 1921, concluindo-se pela sua imputabilidade. Porém, em Março do mesmo ano, é admitido no Hospital Miguel Bombarda, donde escapou em Outubro de 1921, sendo reinternado em 1927, até à sua morte, em 1946.

Foi objecto desta investigação (apenas debruçada sobre a vertente médico-psiquiátrica), esclarecer se, à data do crime, estava José Júlio da Costa mentalmente doente, por que motivo foi internado em estabelecimento psiquiátrico quarenta dias depois de ser considerado imputável e porque nunca foi julgado.

Discussão

José Júlio da Costa era oriundo de uma família de proprietários razoavelmente abastados. Cumpriu serviço militar como voluntário, entre 1910 e 1914, participando no 5 de outubro e em várias ações militares nas colónias, recebendo um louvor. Ainda neste ano, tenta realistar-se, como voluntário, junto da embaixada francesa em Lisboa, para combater na Primeira Guerra Mundial, mas é recusado. Casa e não tem filhos. Em 1916 abandona o Exército.

Dados mais relevantes

Em termos médicos, a única explicação possível para que nunca tenha sido julgado é o facto do seu estado mental não o permitir; sendo que no processo clínico não encontramos para tal qualquer documento explicativo que, a existir, poderia constar de um novo exame pericial que atestasse uma eventual inimputabilidade ou, a improcedência do julgamento dada a evolução clínica com a consequente dissolução da personalidade. Recorde-se que um procedimento semelhante



José Júlio da Costa
Aos 16 anos, em 1910,
quando se alistou como
voluntário no Exército
Português

sucedeu com o assassino de Miguel Bombarda, também doente mental, que internado para sempre em instituição psiquiátrica, nunca foi alvo de qualquer exame pericial nem de julgamento. Em termos médico-legais, permanece ainda hoje o debate sobre se alguém que cometeu um crime em clareza de consciência e em situação de livre-arbítrio deve ser julgado ou condenado a cumprir pena, se aquando da comparência em tribunal ou do cumprimento da mesma, estas condições estiverem eventualmente alteradas.

Conclusões

Poderíamos, pois, dizer em conclusão de que, em termos clínicos, a resposta mais provável à pergunta do título desta comunicação é a de que José Júlio da Costa, estava provavelmente na fase prodrómica de uma esquizofrenia, mas que à época do homicídio e do exame médico-legal se podia ainda determinar, pelo que as conclusões da perícia psiquiátrica, estariam correctas. O seu súbito agravamento clínico com aparecimento de sintomas psicóticos, talvez até precipitado pelo life-event constituído pelo processo judicial, obistou, com toda a probabilidade, a que o processo judicial avançasse. Os factos de no internamento de 1927 a observação não deixar dúvidas acerca do diagnóstico, bem como o da sua existência incógnita durante os seis anos entre os dois internamentos, concorrem para que José Júlio da Costa já estivesse clinicamente doente (com esquizofrenia) a partir de 1921.

(O texto integral encontra-se no mencionado livro).



CLOOTIE WELL

Tradição de atar pequenas tiras de pano nas árvores

Existem algumas tradições que se continuam a praticar na atualidade, mas que, cujo significado, desapareceu por completo da memória das pessoas, contudo, reminiscências de certas práticas mágico-religiosas, ainda se podem encontrar entre nós, embora já sem a sua simbologia inicial e um total desconhecimento, do seu sentido primitivo, por quem as pratica.

Encontram-se, em vários países da Europa, a tradição de atar pequenas tiras de pano, nas pernas das árvores, geralmente nas hortas e junto a poços ou fontes de água, nomeadamente na Escócia, Irlanda, Cornualha e no resto das ilhas britânicas, denominados *Clootie Well*.



Seriam, e ainda são, nalguns locais, lugares de peregrinação que se acreditava possuírem poderes mágicos e curativos de certas doenças. As tiras de pano, ou peças de roupa, banhavam-se na fonte sagrada e eram posteriormente atadas nas pernas das árvores, acompanhadas por uma prece ou oração a favor de quem a oferta era feita.

Apesar da proibição monoteísta contra as antigas crenças pagãs, as árvores continuam a ser objeto de adoração em vários lugares do mundo, uma dessas formas de adoração manifestam-se pela continuada tradição de atar tiras de pano ou peças de roupa nas pernas das ou no tronco das árvores.

Vestígios destas práticas mágico-religiosas, ainda se encontram nos meios rurais, ainda nos anos sessenta do século passado, em certas hortas em redor da vila, se assistia a tal prática, nomeadamente na Horta da Saúde, localizada na antiga Estrada Real, embora este costume também se observasse praticamente em todas as hortas da vila, a Horta da Saúde apresenta certas características que a distinguem das outras, nomeadamente por lá se situar a Fonte Santa, tão do agrado da população até à relativamente pouco tempo.

Perto desta Horta situa-se igualmente a Igrejinha de São Pedro e vestígios arqueológicos na elevação sobranceira, o que demonstra uma certa religiosidade, desde tempos mais recuados, associada a este local.

Segundo o novelista Stuart Hill*: *Um pano amarrado às árvores é uma tradição antiga no Reino Unido e na Irlanda. O pano é uma espécie de representação física de uma prece ou desejo em que se pede a ajuda de Espíritos da Natureza e Divindades. Às vezes, ofertas de moedas também são feitas e a árvore em questão pode estar perto de um poço ou nascente. Acho que pode haver práticas semelhantes em todo o mundo.*

* Stuart Hill, 1958, é um escritor britânico formado em História Antiga e Estudos Ingleses Clássicos, autor de *The Icemark Chronicles: The City of the Icemark*.

FAMÍLIA CALAPÊZ (Em Garvão)

O que é que terá levado, em 1736, uma família da Catalunha a vir para Monchique, com um filho menor?

Encontra-se, desde o século XVIII, em Garvão, e praticamente em todo o Sudoeste alentejano, descendentes da família Calapêz originária da Catalunha, em Espanha.

A vinda de famílias da Catalunha para o Algarve, está documentado no livro de Carlos Manuel Faísca e Rui Jerónimo, na obra: *A contribuição algarvia para a génese e desenvolvimento do setor corticeiro português, séculos XIX e XX*¹, destaca a contribuição de famílias catalãs no desenvolvimento corticeiro do Algarve, com especial incidência, mas não só, nas povoações de Silves e de São Braz de Alportel.



Não parece ser este o caso da família Calapêz, pois está atestado a sua estadia em Monchique desde o século XVIII. Ou temos uma vinda precoce desta família para o Algarve relacionadas com o sector corticeiro, ou temos de procurar outros motivos para a sua vinda para Monchique.

A procura de águas medicinais para alguma doença que afligisse algum membro desta família, poderá estar na origem da vinda destes com uma criança pequena, no século XVIII, para Monchique, desde a Catalunha.

Sendo as águas das termas de Monchique conhecidas pelas suas propriedades terapêuticas, ricas em bicarbonato, flúor, sílica e sódio, adequadas ao tratamento de várias enfermidades, como doenças respiratórias, musculares e reumáticas, temos registos da sua antiguidade desde a presença romana em Portugal, que as designavam por *águas sagradas* e no século XVIII, altura em que esta família veio para Monchique, a fama das suas águas, seria amplamente reconhecida e procurada pelas populações da Península Ibérica

Os primeiros Calapêz que se conhece em Portugal, constam nos assentos de baptizo, na Paróquia de Monchique, desde 1790, dos netos de José Calapêz e de Rosa Muño, naturais de São Martinho de Granera, bispado de Vique, no reino de Catalunha, Espanha.

O seu filho António Calapêz, natural da mencionada região da Catalunha, casou com Teodora Maria, natural de Monchique no dia 6/5/1784 e foram pais de nove filhos que nasceram em Monchique.

Descendentes de dois deles tiveram vasta prole em Garvão, dos quais descendem os filhos de Leopoldina das Neves Calapêz, natural de Carvão, casada com João Anastácio Gago, natural de Panoias e cujos descendentes se encontram em Garvão.

Outra filha deste casal, Rosa da Trindade, veio a ter descendentes, nascidos em Santa Clara-a-Velha e Garvão, do qual descende, entre outros, Victor do Carmo Cortes, filho de Etelvina do Carmo (Calapêz) e de Joaquim Cortes (da família Seródio).

Encontra-se igualmente em Garvão um descendente de Henrique Calapêz da Silva Martins, segundo-comandante do quartel de Beja, por ocasião do assalto a este quartel, por forças contestatárias ao regime vigente, na noite de passagem de ano de 1961 para 1962, bisneto de Pedro Calapêz casado com Ana Vitória.

¹ FAÍSCA, Carlos Manuel; JERÓNIMO, Rui. *A contribuição algarvia para a génese e desenvolvimento do setor corticeiro português, séculos XIX e XX*. Revista Portuguesa de História. Coimbra. ISSN 2183-3796. Vol.º 54, 2023

MOEDA IBÉRICA DE MÉRTOLA Encontrada em Garvão



Entre as várias moedas encontradas em Garvão, a maioria no lugar do Castelo, encontra-se uma moeda ibérica, denominada por dupondio feita de cobre e cunhada em Mértola por volta dos séculos I/II a.e.c.

A moeda ilustrada, é uma das várias em circulação na Península Ibérica durante o Império Romano, cunhadas ou fundidas em vários locais da Península.

Trata-se de um Dupondio, antiga moeda romana em circulação durante a República (509 a.e.c a 27 e.c) e o Império romano (27 a 476 da era comum) da cidade de Mértola.

Apresenta numa das faces, as letras MURTEL, referente a Mértola e na outra face as letras LADER.

A ocupação romana na Península Ibérica manteve-se até 409 e as moedas peninsulares romanas começaram a ser cunhadas a partir do ano 218 a.e.c.

Com a ocupação romana, houve povos que cunharam a sua moeda própria, surgindo assim a moeda Hispano-romana cunhada na Península Ibérica

Na Lusitânia, foram diversas as cidades que cunharam moedas no actual território português, sendo elas Baesuris, Balsa, Brutobriga, Cilpes, Dipo, Imperatoria Salacia. Ipses. Ketovim. Ebor. Mvrtili. Ossonoba. Pax Ivlia e Sirpens.

A Lusitânia romana incluía aproximadamente todo o actual território português a sul do rio Douro, mais a Estremadura espanhola e parte da província de Salamanca. Tornou-se uma província romana a partir de 29 a.e.c. até ao fim do vínculo com Roma e a entrega aos invasores Alanos em 411.

ACHA QUE: A pesquisa Arqueológica podia contribuir para Garvão?

Paulo Magalhães Correia, 54 anos.

Acho que sim, seria uma forma de desenvolver Garvão, temos todo este património, mas parece que está esquecido, podia contribuir para o museu, trazia mais visitantes à terra e sempre arranjava alguns postos de trabalho. Os vestígios vão-se perdendo, aquilo que havia há cinquenta anos, já não existem ou estão feitos em pó.



Liliana João, 41 anos.

Considero que é algo muito importante no aspeto cultural da Vila de Garvão. As pessoas deviam dar mais valor ao que a Vila tem de melhor e ao seu valor arqueológico. Devia de haver mais iniciativas e atividades nesta área, para dar a conhecer à população e podia contribuir para o desenvolvimento da Vila, já que é um importante património que não está a ser valorizado.



Manuel Zacarias, 78 anos.

É um incentivo cultural para Garvão que vale para a divulgação do nosso património, onde havia de haver mais iniciativas por parte de responsáveis Autárquicos. Temos o Depósito Votivo que é um dos mais valiosos da Europa, tem estado votado ao total abandono e se fosse explorado, bem podia ajudar esta terra a se desenvolver.



Élia Alves, 57 anos.

Há mais de trinta anos que não vivo em Garvão! Mas nunca vou esquecer a minha terra! Por isso mesmo gostaria de ver mais desenvolvimento do património arqueológico. Seria muito importante para a nossa terra fazer alguma coisa para que não se perdesse essa riqueza arqueológica, porque a história e a arqueologia tem que ser mostrada e falada para se poder passar esse conhecimento para o futuro.



Carla Reis, 49 anos.

Garvão, vila de tantos ofícios e muito rico em comércio, que atualmente ficou esquecido no tempo. Há que valorizar os nossos antepassados e o enriquecedor património arqueológico que Garvão tem. Temos que ser nós população a valorizar mais o património e a criar/desenvolver estratégias e a divulgar junto dos mais jovens, a riqueza do Depósito votivo de Garvão (que atualmente está ao abandono). É essencial valorizar a vila na sua vertente cultural, para tentar combater o desinteresse e o esquecimento em que a vila "caiu".



LAR DE
GARVÃO

Sardoa - Garvão



CÂNHAMOR
ECOBlocos®
Sardoa - Garvão

O CASO DE MARIA DA ENCARNAÇÃO

Maus Tratos e Suicídio – Garvão 1952

No livro de entradas dos defuntos, sepultados no cemitério público de Garvão, existente na Junta de Freguesia, aparece, no ano de 1952, com o número da cova 413, o seguinte registo:

Maria da Encarnação Vieira, de 22 anos de idade, filha de Casimiro Cabrita e de Felismina da Conceição Vieira, natural de Messines, concelho de Silves e residente em Garvão-Gare, faleceu no dia 27 de Setembro de 1952.

Maria da Encarnação era originária de São Bartolomeu de Messines, como consta no registo da cova, onde nasceu por volta de 1930, era a esposa de Francisco Dionísio, mais conhecido por *Chico Café*, da família dos Dionísios, conhecidos localmente por *Bandarras*.

Um cunhado de Maria da Encarnação, António Dionísio, fundou a primeira fábrica de cortiça em Garvão e terá sido este um dos motivos da vinda destas famílias para esta terra.

A história de Maria da Encarnação toma relevo no contexto social e familiar da época, pelo facto de ser vítima de grave violência doméstica e mais tratos extremos por parte do marido que culminou com o suicídio desta dentro de um poço.

O marido, cujo salário semanal deveria servir para a parca economia caseira e sustento da prole, ficava muitas vezes, se não todo pelo menos uma parte significativa, nas tabernas da vila. De comportamento por natureza violento e toldado pela bebida alcólica, sujeita a esposa a violências físicas de vária ordem, que leva esta, devido à extrema gravidade das agressões e aos constantes mais tratos, a mais de uma vez tentar o suicídio, embora sem sucesso.

Naquele dia, 27 de Setembro de 1952, um Sábado, foi diferente, Maria da Encarnação, levou por diante uma ideia já

há muito pensada, depois de, mais uma vez, ter sido sujeita a mais brutalidades por parte do marido que se estendiam igualmente ao jovem rebento, resolve por fim à tormenta e manda-se para dentro de um poço onde morreu afogada.

Segundo os relatos da época, era também sua intenção arrastar o filho Victor (Bandarra) para tão drástico fim, e só a intervenção de Dona Rosária, esposa do Chefe Domingos da Estação de Garvão, impediu que esta levasse o filho Victor consigo.

“Não vás Maria da Encarnação, não vás”, assim lhe dizia Dona Rosária, pressentindo o drama que se estava a desenrolar, agarrou o rapaz pelo braço firmemente e tentou barrar-lhe o caminho, mas de nada valia, o destino estava traçado.

O Chefe Domingos e Dona Rosário, eram pais de Noémia, esposa de Jerónimo da padaria, conhecido como a padaria do Arranhado, (entre a ponte da Estação e o Largo da Igreja de São Sebastião), onde, em cujo poço, no quintal, a conturbada criatura cometeu tão inconsciente acto.

Maria da Encarnação morreu afogada, não levou o filho com ela, como era sua intenção para o proteger da violência paterna, procurou na água, que antes lhe tinha dado o baptizo, a tão almejada paz.

As suas últimas letras, escritas em papel pardo, onde antes, na loja, tinha comprado cento e vinte cinco gramas de açúcar, foram para o desconhecido marido:

*Não mandes colocar na campa
Uma cruz erguida
Para Calvário já basta
A cruz que levei na vida.*

*Se ouvires dobrar o sino
Não perguntes quem morreu
Pranta e cobre-te de luto
Porque quem morreu por ti fui eu.*

PERGUNTAS CRUZADAS SOLUÇÕES.

HORIZONTAIS. 1- Joaquim António Martins, 2 – Perú, 3- José Joaquim Afilhado, 4- Estrada Real, 5- Furadouro, 6- Maio, 7- Mamoa, 8- Andorde, 9- Morgada, 10- Castelo, 11- São Sebastião, 12- Pirolitos, 13- Canada.

VERTICAIS. 14- Rossio, 15- Duas, 16- Anal, 17- Foiteza, 18- Dom, 19- Anta, 20- Pelourinho, 21- Besteiros, 22- Badanela, 23- Curral dos bois, 24- Pato, 25- Corredoura, 26- Moagem, 27- Sardoa, 28- Monchica, 29- Forca.

ALUMIGARVÃO
Carlos Silva & Silva, Lda.
Tlm. 934 059 158
Caixilharia de Alumínio e Madeira
Montagem de Estores
Portões Basculantes e de Fole
Tectos Falsos Orçamentos e Deslocações Grátis
Tel./Fax 286 555 164 – Rua Nova 25-B – GARVÃO

Restaurante Martins
Bairro Novo da Sardoa
Lote 38
Padaria Martins
Rua de Ourique, 22
de
Joaquim Martins Moreira Costa
7670 Garvão
Tel.s - 936 347 021 e 932 592 913



O SUICÍDIO NO ALENTEJO

Que causas? O que fazer?

Abandono, Isolamento e Exclusão Social

A necessidade de coexistir e de conviver é inerente à natureza humana e as consequências do isolamento, abandono e ausência de ações comunitárias, leva irremediavelmente a um sentimento de exclusão social, com graves consequências negativas, tanto para a auto-confiança do indivíduo, saúde mental e emocional, como potenciam o aumento do risco de sintomas depressivos e ansiosos.

Nestas terras pequenas, de reduzida expressão eleitoral, cabe a todos nós, mas principalmente aos eleitos locais, providenciarem ações de interação comunitária, de convivência e de bem estar social, principalmente numa terra, cuja componente reformada/idosa da população, compõem a larga maioria dos habitantes desta vila.

Os eleitos locais, têm a obrigação de terem conhecimento da realidade demográfica da povoação para que forem eleitos e direccionar a sua actuação no sentido de colmatar essas necessidades e providenciar ações colectivas de bem estar e coesão social.

Nesse sentido, perante a nova realidade demográfica que enfrentamos e de uma sociedade que se encontra organizada, funciona e depende do poder político, terá de se repensar o presente para fazer face às incertezas do futuro e em fazer as mudanças sociais adequadas, com vista a fomentar a integração, o envolvimento e a socialização da comunidade.

Na ausência de políticas adequadas a nível local, iremos assistir, entre outros factores, a cada vez mais um afastamento do indivíduo perante a comunidade onde está inserida e até mesmo à perda de laços identitários e a um desenraizamento social e cultural, remetendo os indivíduos para as margens da sociedade, potenciando a desmotivação, a perda de auto-estima, aumentando um conjunto de riscos, que conduzem inevitavelmente ao enfraquecimento dos laços comunitários.



PADARIA VITÓRIA

Joaquim
Rosário Guerreiro

Telef. 286 555 133
Rua Nova, 3 – 7670-141 GARVÃO

A Legitimação do Suicídio no Alentejo

O suicídio no Alentejo, desde há várias décadas, tem sido uma realidade que em muito ultrapassa as várias tentativas de explicação desta tragédia.

Segundo certos autores a razão poderá ter a ver com o isolamento, com a solidão, com a pobreza e o abandono, contudo as razões apontadas, tanto afectam as populações do Norte, como no Centro do país, mas é no Alentejo onde se observam mais de metade dos suicídios a nível nacional, (apesar da população do Alentejo apenas constituir cerca de 4% dos habitantes de Portugal).

O motivo desta tendência terá de se encontrar noutros motivos em que a cultura e a genética não se poderão dissociar. Qualquer uma das razões apontadas é válida, mas a cultura onde o indivíduo está inserido e a genética poderão explicar certos e determinados comportamentos familiares que levam a entender melhor a atitude dos suicidas, (há famílias onde se matou o avô, se matou o pai e se matou o filho).

Em certas famílias a genética poderá explicar a tendência suicida, mas não explica porque é que a sociedade alentejana criou uma cultura que não só não critica, mas que legitima e incentiva o suicídio. Perante as mais diversas situações ouve-se amiúde frases como: "...se fosse um homem, matava-se", "... mais vale matar-se", "... se fosse eu matava-me", "... mais valia me ter matado" e esta mentalidade, ouvida tantas vezes sem fim, impregna o meio social em que o indivíduo está inserido e legitima o acto suicida.

Testemunho de Manuel Pereira Gomes

Manuel Pereira Gomes, foi um dos últimos salvadores de uma tentativa de suicídio em Garvão.

Garvão, ao longo dos anos, não tem sido incólume a situações desta natureza, como se observou na página anterior e infelizmente também em tempos mais recentes.

Manuel Pereira Gomes, 76 anos, residente na Funcheira e conhecido interprete do cante ao "Baldão", foi o salvador, na década de oitenta do século passado, de um dramático salvamento, com risco da própria vida, em que uma tentativa falhada de suicídio por afogamento, levou-o, com umas cordas, a salvar a suicidária que ficou a boiar na água no fundo do poço.

Segundo as suas palavras, "desci pelo empedrado das paredes do poço e depois de segurar a autora desta tentativa de suicídio, mandaram-me uma corda que a amarrei em volta da senhora e outra onde me agarrei e subi".

Sobre o motivo que terá levado esta pessoa a tentar suicidar-se, "nunca soube a razão, apesar de ser um meio pequeno e ouvir-se muitas coisas, o certo é que a mulher deve ter chegado a um ponto de desespero tal que tentou o suicídio".



PADARIA VITÓRIA

Joaquim
Rosário Guerreiro

Telef. 286 555 133
Rua Nova, 3 – 7670-141 GARVÃO

FUNERÁRIA ALENTEJANA
Funerais e trasladações para todo o país

Agencia Funeraria Alentejana
Funerais e trasladações para todo o país

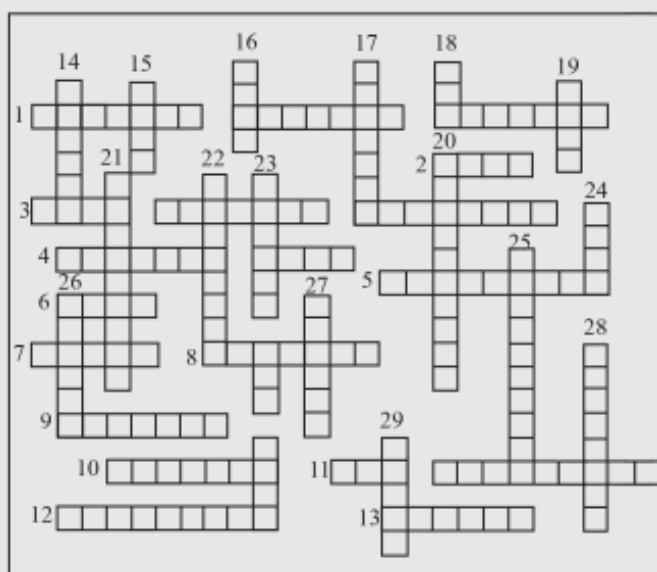
Sede:
Rua Eng. Duarte Pacheco 1-3
Apartado 43
7690-909 Ourique
Tel - Fax 286 512 561
Email: funalentejana@sapo.pt

Filiais:
Centro Comercial
Vila Nova de Mil Fontes
Loja 30 Cave
Rua Gago Coutinho 72
7695-820 Saboia
Tel. 263 882 117

Ida Nacional
lis nira

Joaquim Gonçalves 938610895
Elio Guerreiro 969163670
932609540
Pedro Gonçalves 932609541

PERGUNTAS CRUZADAS



HORIZONTAIS

- 1- Último Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Garvão (3 palavras)
- 2 - Antiga Ponte Pedonal junto ao Poço Novo
- 3- Último Procurador da Câmara Municipal de Garvão (3 palavras)
- 4- Nome da Estrada antiga que vai para a Aldeia das Amoreiras (2 palavras)
- 5- Caminho que liga o Poço Novo à antiga Estrada Real
- 6- Mês da Feira de Garvão
- 7- Monumento pré-histórico na Estação de Garvão
- 8- Pego de água onde nos anos sessenta se andava de barco
- 9- Nome de Monte agrícola a Sul da Vila, relacionado com domínio senhorial
- 10- Lugar defensivo na Vila
- 11- Nome da Igreja da Estação de Garvão (2 palavras)
- 12- Antiga fábrica de bebidas na travessa do Alamo
- 13- Caminho próprio para gado

VERTICAIS

- 14- Nome antigo do Largo da Palmeira
- 15- Número de freguesias do antigo Concelho de Garvão
- 16- Nome de Monte agrícola a Norte da Vila
- 17- Nome de Monte agrícola a Poente da Vila, sinónimo de bravura e coragem
- 18- Título honorífico
- 19- Construção pré-histórica
- 20- Símbolo da Autonomia Concelhia
- 21- Nome do Cerro, relacionado com guerreiros com Balestra
- 22- Nome do lugar por cima da barragem do Arzil
- 23- Nome antigo do Lugar junto à Estrada das Amoreiras no fim da Rua Nova (3 palavras)
- 24- Alcinha de família da Vila
- 25- Monte a Nascente da vila, relacionado com vias militares romanas
- 26- Antiga fábrica na Estação de Garvão
- 27- Lugar mais alto da Vila
- 28- Nome de Monte agrícola a Sul da Vila, (aglutinação de monte + diminutivo de Francisca)
- 29- Nome do Cerro entre a Sul da vila, onde se justificavam os condenados.

(Soluções na Página 16)

“A MENINA DOS CINCO OLHOS” Os castigos corporais aplicados na escola

A pedagogia da chapada tão instalada nas escolas portuguesas até há relativamente pouco tempo, continua a pairar na mente de alguns leitores mais velhos.

À chapada e à cana do professor que castigava impiedosamente as orelhas e a cabeça dos alunos, juntava-se também “a menina dos cinco olhos”, método mais refinado de tortura “didática”, regulamentado, vendida em todas as casas comerciais para professores e directores escolares que se presem.

A palmatória é uma pequena peça circular de madeira, com cinco orifícios em cruz e, por esse motivo, também denominada de “menina de cinco olhos”.

Dotada de um cabo, era utilizada, no período do Estado Novo, para castigar os alunos, com mau comportamento ou dificuldades de aprendizagem, assim como o chapéu de burro em forma de cone, com as orelhas de fora.

O castigo consistia em bater, com aquele objeto, nas palmas das mãos. Embora já não faça parte do processo educacional português, faz parte da História do ensino em Portugal e traduz uma época, em que eram permitidos castigos corporais aos alunos.

“Dar a mão à palmatória”, tornou-se assim numa expressão popular que terá a sua origem na utilização deste objeto.

Quem é que não se lembra das reguadas que levou por não se lembrar dos rios e os seus afluentes, das serras e das vias-férreas de Portugal e até a nascente do rio Zambeze em Moçambique ou até o Pico Ramelau, em Timor?

Quando um aluno não tinha na ponta da língua as respostas, lá vinham as reguadas, nas mãos já enregeladas e os dedos roxos do frio de inverno que mal seguravam o giz com que se escrevia nos quadros de ardósia.

Quantos de nós, não regressávamos ao nosso lugar a soprar as mãos, a abaná-las e a apertá-las debaixo dos braços, depois de uma dúzia ou meia dúzia de reguadas, (conforme a gravidade do erro), cujas marcas de cinco olhinhos esbranquiçados sobressaíam nas arroxeadas mãos.



A famigerada “Menina dos Cinco Olhinhos”



Livro da Primeira Classe



CULINÁRIA

Filomena Franco



BOLO DE MEL

- Uma chávena de mel
- Uma chávena de açúcar
- Duas chávenas de farinha
- Meia chávena de azeite
- 4 ovos
- Raspa de limão
- 1 colher de sopa de canela

Bato tudo junto até estar bem branquinho e crescido. Vai a cozer em forno quente em forma untada de banha e polvilhada com farinha, O tempo de cozedura depende do forno. Convém ir vigiando a mesma. Para saber se está cozido faça o teste do palito.

A farinha leva uma colher de chá de fermento em pó.

Ourique criou em 2024 o Programa de Ocupação para Jovens

A iniciativa tem como objetivo “a ocupação dos jovens, estimulando o seu contacto com a realidade social e económica local, inculcando-lhes valores de empreendedorismo e participação na vida ativa”.

O Programa prevê a ocupação em projetos de apoio à comunidade, propostos pelos vários serviços municipais, nas áreas da Juventude, Educação, Cultura, Desporto, entre outras.

A participação dos jovens na vila de Garvão, incluindo alguns com frequência universitária e na falta de actividades relacionadas com a Juventude, Educação, Cultura e Desporto, pautou-se essencialmente na execução de trabalhos de pinturas em paredes e muros em vários locais da vila.

CONSTRUÇÃO REIS
de Dário Reis

- Montagem de tetos e paredes em pladur, madeira e PVC;
- Construção
- Pintura e impermeabilização



Telf. 926 539 301 - Email: darioreis1983@gmail.com

POESIA



José Francisco Cunha,
Nasceu em Garvão dia 10/2/
1913 e faleceu dia 13/02/2002,
morava no Largo da
Palmeira.

DUAS ROSAS EM DESPIQUE

Fala a Rosa verdadeira

MOTE

Eu sou filha da roseira,
Não sou pintada a pincel,
Sou a Rosa verdadeira,
Tu és plástico ou papel.

1ª

Eu sou uma rosa perfeita,
Nascida da natureza,
Meu odor é unia beleza,
Que toda a gente deleita,
Quando um solitário se ajeita;
Digo-te isto na brincadeira,
Criada numa ladeira,
No chão ou em qualquer vaso,
Eu não te digo ao acaso,
Eu sou filha da roseira.

2ª

Quando eu estou em botãoito,
Misturada na verde folha,
Quem quer que para mim olha,
Vê que sou um botão bonito,
Fica aqui já tudo dito,
Eu brilho corno um anel,
Amarrada num cordel,
Com outra rosa irmã,
Eu sou a rosa mais sã,
Não sou pintada a pincel.

3ª

Misturada com outras flores,
Faço um conjunto tão lindo,
Nas jarras para aonde vou indo,
Recebo muitos louvores,
Dizem mesmo, são uns amores,
Dizem toda a vida inteira,
O que dizem não é asneira,
Meu perfume é encantador,
E tem muito mais valor,
Sou a rosa verdadeira.

4ª

Tu não te crias em jardim,
Nem em qualquer floresta,
Para te dizer o que me resta,
O que és tu ao pé de mim!
Digo-te e foi sempre assim,
Eu às abelhas dou mel,
Tu és amargo fel,
Eu sou uma rosa de encantar,
Aqui ou noutro lugar,
Tu és de plástico ou papel.

Responde a Rosa de plástico.

MOTE

Eu de plástico me fizeram,
Eu também sou uma rosa,
Foi assim que me disseram,
Que eu também era formosa.

1ª

Tu ó Rosa do jardim,
Criada lá na roseira,
Tu não digas tanta asneira,
Ó rosa não sejas assim,
Vales muito ao pé de mim,
Os teus encantos se encerram,
Os teus botãonitos se desterram,
Ao fim de um mês de estares colhida,
Ó rosa já não tens vida,
Eu, de plástico me fizeram.

2º

Eu feita na perfeição,
Tu me dás o teu perfume,
Qual de nós mais se assume,
Qual tem mais duração,
Tu transformar-te-ás em vão,
Não sejas tão ardilosa,
Eu continuo a ser airosa,
Eu sou rosa para durar,
Aonde quer que eu ficar,
Eu também sou uma rosa.

3ª

As nossas cores são iguais,
Apesar de eu ser pintada,
Qualquer rosa é desmaiada,
Tu ainda desmaias mais,
Qual de nós as principais,
Qual de nós as que mais valeram,
Rosa a ti não te souberam,
Dizer para eu cá vir,
Rosa ter que te substituir,
Foi assim que me disseram.

4ª

Para nós podermos durar,
Pelo ser humano somos estimadas,
Vocês têm que ser regadas,
Para logo não se secar,
Eu sou muito má de murchar,
Eu também quero ser ditosa,
Ser uma rosa talentosa,
Quando me acabaram de fazer,
Disseram-me logo a valer,
Que eu também era formosa.



A ESTÉTICA COMO FACTOR DE DIFERENCIAÇÃO

O património natural e histórico é parte da salvaguarda de um povo, dos seus costumes e tradições e da memória histórica de um lugar construído ao longo do tempo pelo homem.

A conservação da paisagem, das belezas naturais e do património artístico-histórico-cultural, são uma exigência da qual, qualquer vila que se prese não pode renunciar, sob pena de perder o que a diferencia aos olhos de quem a visita.

Ao longo dos anos, na Vila de Garvão e nos edifícios e obras públicas, tem havido a preocupação de embelezar certas e determinadas obras, ornamentando-as de aspectos atrativos ao olhar e que se enquadram esteticamente na paisagem.

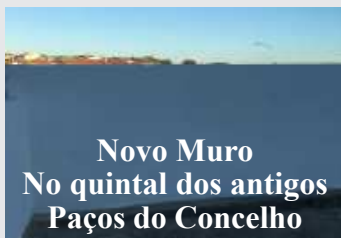
Podemos tomar como exemplo, os resguardos laterais da ponte da Estação de Garvão, construídos há cerca de oitenta anos, dotados de um parapeito esteticamente aceitável.



Ponte da Estação



Velha Ponte da Vila



Novo Muro
No quintal dos antigos
Paços do Concelho

Igualmente, também, há cerca de oitenta anos, a velha ponte da vila tinha uma guarnição em ferro e um parapeito lateral enquadado na paisagem e agradável ao olhar.

Também, a nova ponte da Vila, foi dotada de um gradeamento em ferro que se enquadra na paisagem.

Poder-se-ia mencionar outros exemplos, não só públicos, mas também particulares, o aspecto estético é sem dúvida uma preocupação constante de quem assume a responsabilidade destas obras.

Nesse sentido, existem engenheiros e arquitetos paisagísticos, com conhecimentos e estudos que idealizam e projetam a melhor solução estética e visual para o que se pretende construir ou renovar.

Hoje, passados todos estes anos, bem se podia ter um pouco mais de cuidado com o aspecto estético nas novas obras públicas, tendo

em consideração o que já antes tinha sido construído na vila.

AÇOUGUE Parte do Telhado Desabou

Único Açougue Medieval no Concelho de Ourique e um dos poucos no Alentejo

Para quem passa pela Ladeira do Padre, muito dificilmente, não repara numa casinha humilde, sem grandes traços arquitetónicos, sem janela e com uma só porta, mas de uma graciosidade enorme, cuja singeleza dos seus traços medievais, nas suas paredes carregadas de cal, das suas arestas arcaicas que os séculos teimam em moldar e se pronunciam no imponente campanário que se sobrepõe à singularidade do edifício, não deixa, não pode deixar de lamentar o abandono votado nas últimas décadas.

Infelizmente, este edifício não tem merecido a devida atenção que merecia, para além do sino que foi retirado há cerca de quinze anos, desabou, em Setembro 2024, uma parte do telhado, estando o resto em risco de desabar.



No quadro concelhio medieval, o Açougue com o seu sino, conjuntamente com a casa da Câmara, as igrejas e o Pelourinho entre outros atributos concelhios, era um dos edifícios que reconheciam e simbolizavam o concelho.

As Cartas de Foral, nomeadamente a de Garvão de 1267, são bastante proliferas em legislação sobre o Açougue: o que se vendia, as taxas a pagar e a proteção sobre a violência entre vizinhos e mercadores neste local.

Ver este edifício desabar (e sem sino), é vermos desabar a nossa história, o nosso património e a nossa cultura, mas acima de tudo é vermos fugir às novas gerações a nossa memória colectiva que, sem os mais velhos e sem as referências ancestrais, se enterram em cada cova.

OBRA INACABADA Na Rua do Poço da várzea

O conjunto de dois edifícios construídos na Rua do Poço da Várzea, entre a Casa do Povo e a ribeira, continua por acabar passados trinta anos.

A sua finalidade inicial alterou-se devido às cheias que assolaram a vila em Novembro de 1997. A continuação das obras de acabamento ficaram assim comprometidas por se situarem em leito de ribeira apesar de se tratar de uma construção com paredes e rebocos praticamente acabados.



Contudo estamos perante edifícios que apesar de não estarem a ser utilizados para o fim a que estavam destinados, têm servido de depósito de resíduos domésticos e de detritos de animais.

Esta construção, apesar de apresentar algumas potencialidades, pode verificar-se alguma degradação no aspeto geral do edifício por falta de manutenção, apresentando uma má imagem para quem chega à vila por esta via.